



Almirante Tamandaré
Prefeitura da Cidade

Secretaria Municipal de Governo, Comunicação Social e Gabinete

PROJETO DE LEI Nº 022/2017

SÚMULA: “DISPÕE
SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO
COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA
PÚBLICA (CONSEG) E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, no uso das prerrogativas legais, e de acordo com o que estabelece o Art. 69, incisos IV e VIII, da Lei Orgânica do Municipal, submete a apreciação do Poder Legislativo Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEG) do município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, órgão de caráter consultivo, deliberativo e autônomo.

Art. 2º - São atribuições do Conselho Comunitário de Segurança Pública – CONSEG:

I - Articular com seus membros, conselheiros e lideranças comunitárias, diretrizes, normas, procedimentos e estratégias em prol da segurança pública, com base em dados estatísticos e fundamentação estritamente técnica;

II - Convocar Assembleias Ordinárias e Extraordinárias, Fóruns, Palestras, Semanas Temáticas e Conferências sobre segurança pública em nosso município;



Almirante Tamandaré
Prefeitura da Cidade

Secretaria Municipal de Governo, Comunicação Social e Gabinete

III - Sugerir, para os órgãos responsáveis, prioridades de ação na área de segurança nos assuntos e necessidades que envolvam o município de Almirante Tamandaré.

IV - Formular estratégias e controlar a execução da Política Municipal a ser adotada para a segurança dos munícipes;

V - Acompanhar e avaliar os serviços de segurança pública e privada prestados à população, zelando pelo respeito aos direitos humanos e pela eficiência dos serviços na proteção do cidadão;

VI - Buscar o permanente contato entre a comunidade e as forças policiais que atuam no município;

VII - Planejar, estabelecer e implementar parcerias estratégicas, com membros e organismos privados e públicos, sempre visando a melhoria de processos e procedimentos na área da Segurança Municipal.

VIII - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua instalação;

IX - dar posse aos seus conselheiros, a partir da sua instalação.

Art. 3º - O Conselho Comunitário de Segurança Pública – CONSEG será composto por:

- 02(dois) Membros Natos;
- 15(quinze) Membros Eleitos;
- 03(três) Membros Honorários;

I – Membros Natos:



Almirante Tamandaré

Prefeitura da Cidade

Secretaria Municipal de Governo, Comunicação Social e Gabinete

- **01 (um)** Membro da Polícia Militar do Estado do Paraná, na figura de seu Comandante local.

- **01(um)** Membro da Polícia Civil do Estado do Paraná, na figura de seu Delegado Chefe.

Parágrafo único: Aos membros natos, não cabe eleições, e os mesmos são designados nas figuras hierárquicas que representam na organização do qual fazem parte.

Caso haja a mudança de posto e ou transferência, do membro, o cargo de Membro do Conselho Comunitário de Segurança Pública (CONSEG), passa automaticamente para o seu sucessor.

II – 15 (QUINZE) Membros eletivos e temporários, a saber:

- **Presidente;**
- **Vice-presidente;**
- **Diretor Administrativo;**
- **1º Secretário**
- **Diretor Financeiro;**
- **1º Tesoureiro;**

- **Conselho de Fiscal**

Composto por 03(três) membros. (Lei Federal nº10.406, de 10 de janeiro de 2002).

- **Conselho Deliberativo**

Composto por 03(três) membros que poderão ser designados após as eleições do CONSEG.



Almirante Tamandaré

Prefeitura da Cidade

Secretaria Municipal de Governo, Comunicação Social e Gabinete

- Conselho de Ética e Disciplina:

Composto por 03(três) membros que poderão ser designados após as eleições do CONSEG, no prazo de 90 dias após a homologação.

Parágrafo único: Os membros do Conselho de Ética e Disciplina e do Conselho Fiscal não poderão acumular outros cargos no CONSEG.

III – Membros Honorários

- Ministério Público

- OAB Paraná

- Poder Judiciário

Art. 4º - O Conselho Comunitário de Segurança Pública, (CONSEG), no que se refere a membros eletivos e temporários deverá ter a seguinte composição preferencialmente:

- 02(dois) representantes do Poder Executivo; nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo 01(um) da Secretaria da Família, e ou ação social, e 01(um) da Secretaria de Educação.

-02(dois) representantes do Poder Legislativo.

-01(um) representante do Corpo de Bombeiros do Município.

-01(um) representante da Defesa Civil do município.

-01(um) representante do Batalhão de Polícia Rodoviária.

- 01(um) representante do Conselho Tutelar do Município.



Almirante Tamandaré

Prefeitura da Cidade

Secretaria Municipal de Governo, Comunicação Social e Gabinete

-01(um) representante do Núcleo de Proteção e Vigilância Municipal, e ou Guarda Municipal.

- 02 (dois) representantes de Igrejas Locais.

-02(dois) representantes de Associações de Bairro e Moradores legalmente constituídas, em dia com suas obrigações fiscais e financeiras, devidamente comprovadas através de certidão de ausência de débitos.

- 02(um) representantes da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Almirante Tamandaré (ACIATT).

Parágrafo Único: A composição ideal deve ser a descrita acima, porém, aos representantes de igrejas locais, Associações de bairro e Representantes da Associação Comercial, é permitido ter mais de dois membros, desde que não ultrapasse o número total de membros descrito no Art 3º, inciso II, da presente lei.

Art. 5º - A eleição dos conselheiros se dará através de Eleições com data e hora a serem definidas pela comissão organizadora (Membros Natos) e caso exista apenas uma chapa inscrita, se dará por aclamação.

Art. 6º - Os conselheiros que integram o Conselho Comunitário de Segurança Pública – (CONSEG) terão 02(dois) anos de mandato, **PODENDO** ser reconduzidos ao cargo, por igual período uma única vez.

Parágrafo Único – As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, a qualquer título, sendo, porém, consideradas serviço público relevante e de caráter voluntário.



Almirante Tamandaré

Prefeitura da Cidade

Secretaria Municipal de Governo, Comunicação Social e Gabinete

Art. 7º -O poder executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 8º - Existindo CONSEG locais, inativados ou suspensos, mesmo com cartas constitutivas tendo sido expedidas, os mesmos tornam-se nulos.

Parágrafo Único: Segundo o decreto nº 9.809 de 25 de outubro de 2016, (Lei de criação da Coordenação Estadual dos CONSEG) da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Paraná, a nova composição deve seguir a estrutura do Art 3º, inciso II.

Art 9º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ,
em 06 de fevereiro de 2017

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO
DIA 28 / 03 / 2017

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Secretário

APROVADO EM UNICA DISCUSSÃO
POR UNANIMIDADE
SALA DAS SESSÕES, 04 / 04 / 2017

Presidente

APROVADO EM REDACÃO FINAL DISCUSSÃO
POR DISPENSA
SALA DAS SESSÕES, 04 / 04 / 2017

Presidente



Almirante Tamandaré
Prefeitura da Cidade

Secretaria Municipal de Governo, Comunicação Social e Gabinete

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Hoje Almirante Tamandaré infelizmente é a **4ª cidade do Estado em criminalidade, e a 33ª do País.**

Dados estatísticos mostram que aonde o CONSEG foi implantado, o índice de criminalidade diminuiu consideravelmente, e em alguns casos a situação de uso e tráfico de drogas foram extintos nas localidades em questão.

O CONSEG é uma instituição com CNPJ, estatuto e autonomia próprios, porém atua diretamente entre as forças policiais, a sociedade e o governo, facilitando, integrando e prevenindo.

Temos na figura do Capitão Deoclécio Aires Barbosa, atual responsável pelo policiamento em nossa cidade, um estrategista e estudioso da área de Segurança Pública. Tendo participado do CONSEG de Pinhais, sua experiência nesta questão será de fundamental importância para o êxito da implantação de nosso **CONSEG**.

Precisamos nos articular, planejar e colocar em prática novos e atuais mecanismos, para mudarmos esta realidade.

Certo da apreciação e aprovação de meus nobres pares, peço mui respeitosamente pela acolhida deste projeto de lei.

É a Justificativa

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO

DIA 28 / 03 / 2017



Secretário

Sala das Sessões, 07 de Março de 2017.



GERSON COLODEL
Prefeito Municipal